

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo teme perder popularidade com vazamento de óleo no Nordeste	2
Título: Desastre é sem precedentes no mundo	4
Título: Usiminas muda estratégia para minério de ferro.....	7
Título: Destaques	8
Título: Petrobras investe para reverter declínio no pós-sal de Campos.....	9
Título: Ipiranga Agro fecha captação de R\$ 200 mi com debêntures	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: ‘Barril de petróleo a US\$ 100 ficou no passado’	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Óleo sobre o fogo.....	16
Título: Desastre nas praias do NE é inédito no mundo, diz coordenadora do Ibama	17
Título: Exército faz limpeza em praias de Sergipe, após atuar em Alagoas e Pernambuco....	19
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: As praias a perigo.....	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/10/2019****Seção: Política****Autor: Daniel Rittner e Matheus Schuch — De Brasília****Título: Governo teme perder popularidade com vazamento de óleo no Nordeste**

Ainda sem um horizonte claro de solução para o problema, auxiliares próximos do presidente Jair Bolsonaro já temem que a contaminação das praias no Nordeste por petróleo de origem desconhecida se estenda até as férias de verão e prejudique a imagem do governo não só entre o eleitorado nordestino, mas também junto à classe média urbana - segmento no qual o bolsonarismo tem mais aprovação.

Nos últimos dias, cresceu na Esplanada dos Ministérios o temor de que o vazamento possa estar vindo de algum navio - provavelmente clandestino - afundado no meio do Atlântico.

A possibilidade de naufrágio é descrita como “assustadora” no primeiro escalão do governo. “Um pequeno petroleiro carrega 60 mil toneladas de óleo”, diz um assessor presidencial, reconhecendo o clima de apreensão. Uma embarcação mais utilizada, segundo a Marinha, transporta de 300 mil a 400 mil toneladas. “Dá um calafrio só de pensar nisso.”

Até sexta-feira passada, haviam sido recolhidas em torno de mil toneladas de resíduos - o que inclui não apenas óleo, mas areia e outras substâncias, como algas. Isso dá uma dimensão de até onde o estrago pode chegar.

Há comparações com o caso do navio Prestige, que afundou a 550 quilômetros da costa da Galícia em 2002, carregado com 77 mil toneladas de fuel oil (óleo combustível pesado). O velho petroleiro sofreu uma rachadura no casco e “cuspiu” piche por várias semanas. As manchas se estenderam por centenas de quilômetros e atingiram até a França.

A inteligência do governo vê chances de insatisfação e mau humor na classe média, especialmente do Centro-Sul, que pretende passar as festividades de fim de ano ou as férias escolares de janeiro no litoral do Nordeste.

Até agora, a hipótese mais provável para a Marinha é de que o petróleo seja proveniente de um “dark ship” - embarcação que navega de forma irregular, geralmente levando carga não autorizada - ou de um navio regular que não tenha comunicado às autoridades eventual incidente.

Diante das críticas sobre o ritmo de atuação do governo no caso e da acusação de omissão feita pelo Ministério Público Federal (MPF), na última semana o governo enviou homens do Exército para a missão de limpar as praias. No dia do anúncio, o presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, admitiu que o governo precisava dar “visibilidade” ao trabalho.

“Está acontecendo tipo assim: a gente está fazendo o trabalho e não está tendo visibilidade. Então vamos botar mais visibilidade nisso aí”, argumentou. O Exército foi acionado quase dois meses após as primeiras manchas aparecerem na orla, mas a Marinha garante que dedicou atenção ao caso desde 2 de setembro.

Enquanto a área militar do governo trata das investigações de forma técnica e cautelosa, Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, já sugeriram que o derramamento seria proposital e envolveria ONGs.

Salles afirmou que o navio do Greenpeace navegava em águas internacionais na época estimada do derramamento, chamou a organização de “#greenpixe” e ironizou as “coincidências na vida”.

Um levantamento oficial indica que 156 municípios já foram ou são potencialmente atingidos. O óleo chegou a praias do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Auxiliares de Bolsonaro admitem impacto econômico sobre as atividades pesqueira e turística, mas apontam o prolongamento da crise como muito preocupante.

Segundo uma fonte que tem se envolvido diretamente com o assunto, há dificuldade e falta de autonomia das aeronaves militares para sobrevoar o ponto mais provável de origem do vazamento. Com isso, fica difícil identificar o local exato. Uma possibilidade é redirecionar satélites europeus e americanos para a visualização dessas áreas no oceano. Já teria havido contato com autoridades dos Estados Unidos e da Europa para isso - um processo caro, que pode levar vários dias e sem resultados garantidos.

Não há garantias porque o óleo tem se espalhado a um metro, metro e meio abaixo da lâmina d’água. A ordem, por enquanto, é o envolvimento maior das autoridades para conter o dano não só ambiental, mas de imagem e político.

O Ministério da Agricultura, por exemplo, anunciou a destinação de R\$ 60 milhões para o pagamento de parcela adicional do seguro defeso para pescadores afetados. Mas ainda não houve solução para as mulheres marisqueiras de Sergipe, que também sentiram o reflexo do vazamento na produção.

Há diversas frentes que o governo pretende reforçar nos próximos dias. Uma delas é o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. O óleo, quando toca a areia nas praias, precisa ser retirado em pouco tempo. Se a maré for desfavorável, a sujeira pode ser encoberta por uma nova camada de areia ou ficar “navegando” nas proximidades da costa. Por isso, a necessidade de agir com rapidez.

Outra prioridade é melhorar a comunicação. Mesmo com a Petrobras tendo distribuído 8 mil kits para voluntários que ajudam na limpeza das praias, como luvas de silicone e botas, colou a percepção de que o governo não dá suporte adequado às pessoas.

No meio de tanta apreensão, algumas iniciativas marcaram a resposta ao vazamento e podem até ser ampliadas. É o caso de uma ação do governo de Alagoas que tem usado reeducandos do sistema prisional - todos em regime semiaberto - na limpeza. Ou de uma técnica, desenvolvida por pesquisadora em Pernambuco, de estender uma rede de proteção chumbada no mar quando se visualiza a aproximação de óleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/10/2019

Seção: Política

Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo

Título: Desastre é sem precedentes no mundo

O ineditismo do desastre do vazamento de petróleo que desde agosto suja a costa do Nordeste brasileiro é um complicador para limpar as praias e conter os múltiplos impactos socioambientais. “São três fatores, que, combinados, o tornam único no mundo: extensão, recorrência das manchas e ausência de poluidor conhecido”, diz Fernanda Pirillo, coordenadora geral de emergências ambientais do Ibama.

Paulista, trabalhando com emergências no Ibama há 14 anos, Fernanda se refere ao fato de que até hoje, dois meses depois das primeiras manchas terem alcançado a costa brasileira, não se conhecer a origem do vazamento.

A ação do Ibama, conta, começou em 1º de setembro, com um vazamento na Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, em Pernambuco. “Fizemos uma vistoria na refinaria, e assim que as primeiras manchas de petróleo começaram a chegar, entre os dias 1º e 2 de setembro, os analistas do Ibama pensaram que poderia ter relação com o vazamento da refinaria”, relembra. Foram feitas

novas vistorias e sobrevoos de helicóptero. “Constatou-se que, de fato, não teria como o petróleo ter saído de Abreu e Lima”, diz Fernanda. “A partir daí, continuamos acompanhando”, diz.

O efetivo do Ibama, contudo, está longe de dar conta da dimensão do problema. Na quinta-feira eram 107 servidores acompanhando as manchas de petróleo.

Para se ter uma ideia, só o governo da Bahia está empregando diariamente 120 servidores - entre bombeiros militares, técnicos do Instituto do Meio Ambiente e Recurso Hídricos e da Defesa Civil - nos serviços de retirada do óleo no litoral norte baiano. Nesta região já foram coletadas 237 toneladas de óleo. Na capital e nos municípios do sul do Estado, os esforços estão sendo feitos pelos próprios municípios.

“Estamos sendo muito cobrados em relação à proteção de áreas sensíveis”, continua a especialista. De fato, nos últimos dias, quatro ações do Ministério Público Federal em Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco pediram à União equipamentos e procedimentos para cuidar de zonas particularmente sensíveis, como manguezais, estuários e foz de rios.

“Fizemos um levantamento no Nordeste com base no Índice de Sensibilidade do Litoral a petróleo, que é dividido em dez categorias, sendo 10 a mais sensível”, explica Fernanda. Ela diz que, somando-se as regiões da costa do Nordeste com índices de 8 a 10, ou seja, muito sensíveis, chega-se a 86%. “A grande maioria da costa nordestina é constituída destes ambientes. Não há capacidade operacional para proteger 86% do Nordeste, uma área com mais de dois mil quilômetros de extensão”, diz.

“Existem barreiras de contenção, mas é preciso saber onde está o petróleo. Este é o grande problema: neste caso não se sabe de onde está vindo e é uma área muito grande”, explica a engenheira química Angela Uller, diretora de tecnologia e inovação da Coppe-UFRJ.

“Está tudo correndo perigo: os corais de Abrolhos, os peixes, a fauna marinha, tudo”, diz Angela. “É uma tristeza ver isso acontecer. Quando se sabe de quem é a culpa, a empresa sabe o que fazer. Quando não, é muito mais complexo”, reconhece. “Mas existe um despreparo em se enfrentar o desastre”, avalia a professora de engenharia química da Coppe-UFRJ.

Fernanda Pirillo, do Ibama, explica outra dificuldade para conter a mancha de petróleo: “O óleo deste acidente se comporta de maneira bem diferente do que os óleos que a gente espera ver em um derramamento.” Normalmente o petróleo fica na superfície da água quando vaza. “Todas as técnicas, equipamentos e respostas a um vazamento de óleo são pensados para recolher o material que está na superfície”, diz.

Em vazamentos no mar, a forma mais comum de se identificar como a mancha se movimenta é via imagens de radar. “O radar detecta a diferença de rugosidade na superfície. Quando tem um derramamento de óleo, a região afetada no mar fica mais lisa”, explica.

“O radar consegue detectar a diferença de rugosidade. Só que, neste caso, o óleo não está se comportando desta maneira, está em uma camada subsuperficial. Então não há diferença de rugosidade na superfície e, por este motivo, os radares não têm conseguido detectar nem a fonte e nem o deslocamento da mancha”, diz a especialista.

Segundo Fernanda, consegue-se detectar a mancha só quando está há alguns metros da praia. “Ou apenas na praia, justamente porque ela vem por baixo”, reforça. “Temos feito estudos e não há ainda uma lógica em qual ponto o óleo irá bater”, diz ela. Há alguns dias, as manchas surgiram tanto em Icapuí, no Ceará, como em Morro de São Paulo, na Bahia. “Por mais que estejam sendo feitos estudos, ainda nenhum pesquisador conseguiu prever para onde está indo o óleo, principalmente pela ausência do ponto de origem e pela falta de detecção do petróleo na superfície do mar”, explica.

Isso explica, na sua visão, a ineficiência das barreiras de contenção neste caso. “São equipamentos feitos e desenvolvidos para segurar o óleo que está na superfície da água. Só que, neste caso, o óleo se move abaixo da superfície. Então as barreiras são ineficazes para contê-lo”, diz ela.

“Além disso, criou-se uma ilusão de que elas funcionariam, por exemplo, tampando a foz de rios. Mas não funcionam nestas condições”, segue a especialista. As barreiras de contenção têm limitações operacionais de vento e de correntes. “Se forem instaladas em um rio com vazão muito alta, a barreira deita e o óleo passa por baixo.”

“Em uma condição em que não sabemos em qual ponto o óleo vai chegar, medidas de proteção se tornam inócuas”, diz Fernanda. “Estaríamos desviando

recursos operacionais para proteger pontos que não sabemos ao certo se serão atingidos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Usiminas muda estratégia para minério de ferro

As vendas de 10 milhões de toneladas de minério de ferro de agosto de 2018 a setembro de 2019 fizeram a siderúrgica Usiminas rever os planos de vender a sua participação na Mineração Usiminas (Musa). O presidente da companhia, Sergio Leite, disse que trabalha atualmente nos estudos para investimentos em beneficiamento da commodity. O objetivo é conseguir processar o minério chamado de compacto, um tipo mais “duro”. A companhia tem participação de 70% na Musa. A japonesa Sumitomo detém os 30%.

Segundo Leite, a Usiminas tem equipamentos capazes de beneficiar o minério do tipo frível, mais fácil de quebrar. As reservas deste tipo de commodity devem se exaurir em 2025. “O plano anterior era vender a participação na Musa, mas o negócio não andou. Agora não estamos fazendo esforços para isso. Se tiver comprador e nos der o que vale, podemos vender, mas não é o que estamos trabalhando.”

A decisão do investimento para o beneficiamento do minério de ferro deverá sair em 2021. “Teremos de dois a três anos para implantar as novas estruturas. O importante é estar em operação em 2015, quando devemos começar a extrair o minério da nova reserva.”

Os ganhos da Usiminas com a mineração são crescentes. No terceiro trimestre a companhia apresentou recorde de vendas, com 2,5 milhões de toneladas. A expectativa, segundo Leite, é que este ano a siderúrgica venda 8 milhões de toneladas. A receita com a área de mineração foi de R\$ 555 milhões.

No terceiro trimestre a Usiminas exportou 1,37 milhão de toneladas, alta 171% no comparativo com o mesmo período de 2018, quando os embarques somaram 839 mil toneladas. Com esse volume, a receita média apurada com as exportações somou US\$ 140 milhões, segundo cálculos do **Valor**.

O frete marítimo médio, segundo a Usiminas, aumentou ao longo do terceiro trimestre, acumulando alta de 55% em relação ao trimestre anterior. No período especificado, a tarifa média para a rota de Tubarão a Qingdao (China), para navios capesize, foi negociada a US\$ 24,12 a tonelada ante US\$ 15,55 a

tonelada anteriormente. “No curto prazo, não vejo sinais de queda nas tarifas de transporte”, afirmou Leite.

No acumulado do ano, o volume exportado de minério somou 2,92 milhões de toneladas, alta de 12% ante as 2,60 milhões de toneladas no mesmo período de 2018.

A produção total de minério de ferro no terceiro trimestre chegou a 2,26 milhões de toneladas, aumento de 50% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com o relatório, a alta ocorreu principalmente devido a retomada operacional da unidade Samambaia. No acumulado do ano, a produção de minério cresceu 27%, chegando a 5,34 milhões de toneladas.

O bom momento da mineração não se refletiu na siderurgia, o maior negócio da companhia. No terceiro trimestre, a receita da área alcançou R\$ 3,24 bilhões. No terceiro trimestre do ano passado, a companhia obteve receita líquida de R\$ 3,85 bilhões, alta de 0,3% no comparativo anual.

Segundo a companhia, a alta na receita pode ser explicada pelas vendas maiores na mineração, na unidade de transformação do aço e na unidade de bens de capital, o que compensou o desempenho ruim da siderurgia.

A Usiminas apresentou prejuízo no terceiro trimestre de R\$ 183,9 milhões, revertendo lucro atribuído aos acionistas de R\$ 263,9 milhões obtido no mesmo período de 2018. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) caiu 34% entre julho e setembro deste ano, chegando a R\$ 452,9 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Samarco é liberada

A mineradora Samarco obteve na sexta-feira, do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, licença de operação corretiva referente ao seu complexo de produção na cidade de Mariana. Essa é a última licença que a Samarco, empresa pertencente a Vale e BHP Billiton, precisava para voltar a operar. A empresa está desativada desde novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de Fundão, localizada no complexo, se rompeu causando a morte de 19 pessoas e uma tragédia ambiental que até hoje não foi totalmente remediada. A direção da empresa anunciou que só vai voltar a operar após

concluir obras no complexo de um sistema de filtragem do rejeito de minério de ferro. Essas obras devem durar, segundo a Samarco, 12 meses. A expectativa é que a mineradora volte a operar no fim de 2020.

GM nos EUA encerra greve

Após 40 dias de paralisação, o United Auto Workers (UAW), sindicato dos trabalhadores da indústria automotiva americana, informou na sexta-feira que o novo acordo trabalhista dos funcionários da General Motors (GM) foi aprovado, encerrando uma das maiores greves no país em anos, permitindo a retomada das atividades nas fábricas. O novo acordo foi aprovado por 57% dos funcionários. Ele prevê aumento de vencimentos, bônus de assinatura e o compromisso da montadora americana de investir US\$ 7,7 bilhões nas operações dos Estados Unidos, assegurando 9 mil postos de trabalhos. O acordo, que beneficiará 46 mil funcionários de chão de fábrica, permite à GM fechar três unidades nos Estados Unidos, incluindo a fábrica em Lordstown, no Estado do Ohio, uma das maiores do país.

Energisa cresce

O consumo consolidado de energia da Energisa, considerando os mercados cativo e livre, cresceu 8,4% em setembro na comparação com o mesmo mês de 2018, para 3.103 gigawatt-hora (GWh). Ao considerar apenas o mercado cativo, o consumo avançou 9%, para 2.607,3 GWh, enquanto no mercado livre o crescimento foi de 5%. Acrescentando o fornecimento não faturado, o volume total registrado no mês foi de 3.179,9 GWh, avanço de 10% na comparação anual. Segundo a Energisa, o consumo de energia em setembro foi o maior histórico e influenciado pelo baixo nível de chuvas e temperaturas mais elevadas no início da primavera nas concessões, com exceção das distribuidoras do Nordeste. O maior avanço foi na classe residencial, de 13,8% ante setembro de 2018, enquanto o comercial cresceu 10% e o rural 3,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras investe para reverter declínio no pós-sal de Campos

A previsão é investir US\$ 21 bilhões até 2023 para manter a curva de produção da Bacia de Campos

Ao mesmo tempo que bate recordes seguidos no pré-sal, a Petrobras convive com o desafio de conter o declínio natural acentuado de sua produção no pós-sal da Bacia de Campos. A companhia, no entanto, promete acelerar os investimentos para recompor as perdas na região.

Segundo o diretor de exploração e produção da estatal, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, a previsão é investir US\$ 21 bilhões até 2023, com a intenção de “manter a sustentação da curva de produção” da Bacia de Campos, onde a petroleira produz cerca de 980 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) de petróleo e gás natural.

Desse volume, basicamente a metade vem do pré-sal e a outra metade do pós-sal. Enquanto os volumes do pré-sal sobem ano a ano, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção da Petrobras no pós-sal da Bacia de Campos despencou praticamente pela metade nesta década, de um patamar de 1 milhão de BOE/dia em 2011, para aproximadamente 530 mil BOE/dia neste ano.

“Estamos nesse momento investindo bastante num programa de melhoria da eficiência operacional. Por isso temos visto algumas operações [de plataformas] que acabam tendo que interromper para fazer esse upgrade [melhorias de eficiência]. Temos uma programação que consiste numa série de iniciativas que temos desenvolvido em 2019 e que vão se acentuar ao longo dos anos”, afirmou o executivo, na sexta-feira, durante teleconferência com investidores.

O projeto da Petrobras inclui desde a entrada de duas novas plataformas, para revitalização do campo de Marlim, à perfuração de 87 novos poços na bacia. Ao mesmo tempo, a petroleira mantém ativo o seu programa de desinvestimentos, para venda de ativos de menor rentabilidade na área. Nesse sentido, a estatal já assinou contratos de US\$ 1,34 bilhão para venda dos polos de Pargo, Pampo e Enchova, além do campo de Maromba.

A expectativa, segundo Oliveira, é que as intervenções para recuperação da produção da Bacia de Campos pressionem para cima o custo de extração da companhia para os seus ativos em águas profundas, no pós-sal, atualmente em US\$ 13 o barril. Ao fim, no médio e longo prazos, esses custos devem voltar aos níveis atuais.

“Vamos num primeiro momento assistir a uma menor performance, mas com expectativa de melhorar o desempenho. Esperamos recompor a produção”, afirmou Oliveira.

Além da recuperação da produção atual, a Petrobras pretende intensificar, nos próximos anos, os investimentos na exploração da Bacia de Campos, em busca de novas descobertas. A empresa fará campanhas nos blocos arrematados nos leilões dos últimos dois anos, mas também buscará perfurar o pré-sal de campos maduros, que tradicionalmente produzem na camada pós-sal. Nesse sentido, a empresa prepara teste de longa duração na área de Forno, descoberta na concessão de Albacora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

Título: Ipiranga Agro fecha captação de R\$ 200 mi com debêntures

O uso desse instrumento para essas companhias foi liberado em junho

A Ipiranga Agroindustrial concluiu emissão de R\$ 200 milhões em debêntures incentivadas de infraestrutura. Foi a primeira operação com esse tipo de papel, que conta com incentivo fiscal, de uma empresa do agronegócio. O uso desse instrumento para essas companhias foi liberado em junho, por meio de uma portaria do **Ministério de Minas e Energia**, que incluiu no rol de empresas e projetos elegíveis para essas debêntures usinas de açúcar e etanol, além de projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A operação obedeceu à Instrução 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que prevê esforços restritos de venda dos papéis. O banco coordenador foi o Itaú BBA, que contou com a assessoria do Mattos Filho Advogados. O papel tem prazo de sete anos e saiu a IPCA + 2,6%.

Os recursos serão usados pela Ipiranga na manutenção de canaviais destinados à produção de etanol das safras de 2018/2019 e 2019/2020. Sócios da família Tittoto, fundadora da empresa, deram fiança na operação.

O Itaú BBA deu garantia firme para a oferta e acabou concentrando todos os papéis. Após um período de restrição à venda, essas debêntures deverão ser vendidas pelo banco a outros investidores.

Apesar de a oferta não ter ficado pulverizada no mercado, Thiago Munhoz, superintendente de renda fixa do Itaú BBA, afirma que ela é emblemática para o setor, por ter sido primeira e representar o acesso a uma nova modalidade de financiamento. Na avaliação dele, esse tipo de captação será relevante para as empresas do agronegócio, que poderão acessar prazos mais longos e novos investidores, como fundos dedicados ao setor.

Segundo Munhoz, as empresas agrícolas têm recorrido aos CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio), que têm prazo médio menor do que o das debêntures de infraestrutura. Além disso, os CRAs ficam concentrados nas mãos do investidor de varejo. “A debênture incentivada será importante para que essas empresas consigam diversificar prazos e perfis de investidores, reduzindo a exposição a linhas bancárias, que são mais caras.”

Munhoz acredita que mais dez operações do setor devem sair no curto prazo. Já estão aprovadas pelo ministério emissões de Raízen, Usina Melhoramentos Norte do Paraná e Delta Sucroenergia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: ‘Barril de petróleo a US\$ 100 ficou no passado’

Direto da fonte

Encontros: Roberto Castello Branco

Para presidente da Petrobrás, empresa tem que se preparar para viver com barril a US\$ 50

Quando fala sobre as oito refinarias da Petrobrás a serem privatizadas – os interessados em quatro delas têm até dia 8 para apresentar proposta – Roberto Castello Branco não esconde sua satisfação. “Nossa expectativa é muito boa”, avisa, lembrando que, desde que ocupou cadeira no conselho de administração da estatal, entre 2015 e 2016, já tinha em mente o desenho de um caminho para tirá-la do fundo do poço: concentrar o foco em seu negócio básico. Essas vendas também ajudam no funcionamento do livre mercado. Além dos recursos que vão entrar nos cofres da empresa, metade da capacidade do refino no Brasil passará para as mãos de empresas privadas. O que isso quer dizer? Cria-se um limitador para a tentativa de qualquer governante do País se sentir à vontade para intervir nos preços de combustíveis. Na realidade, a Lei do Petróleo, de 2002, já assegura liberdade de preços. Mas este novo passo ajudará no respeito do controlador da Petrobrás a essa antiga lei – pois ele terá também que negociar imposições com a iniciativa privada. Economista formado pela FGV, ultraliberal, com pós-graduação na Universidade de Chicago, Castello Branco assumiu o comando da empresa no início do governo Bolsonaro, prometendo dar-lhe uma cara nova, depois de uma fase de escândalos e corrupção que custou bilhões aos cofres públicos. A dívida da companhia, no fim do primeiro semestre de 2019, bateu na casa dos R\$ 372 bilhões e foi comemorada pelo

mercado. Ela esteve à beira do meio trilhão de reais no último ano do governo Dilma “Agora queremos o grau de investimento de volta”, avisa ele. O executivo é crítico do que chama de “desenvolvimentismo do BNDES”, que teria gerado um “excesso de oferta de fretes rodoviários”, principal fator da greve dos caminhoneiros em maio do ano passado, levando o governo de Michel Temer a intervir no preço do diesel. Algo impensável para Castello Branco. “A salvação para o intervencionismo estatal neste setor é privatizar as refinarias”, resume. A seguir, os melhores trechos da entrevista, concedida à coluna via Skype, diretamente da sede da Petrobrás, no Rio.

O que esperar da próxima rodada do pré-sal e que impacto ela terá nas contas públicas?

O impacto vai ser direto. O governo deve receber cerca de R\$ 106 bilhões. Deste total, distribuirá parte para Estados e municípios (algo como R\$ 34,6 bilhões) e o Tesouro ficará com o restante. Esse restante tem que ajudar a tapar o buraco das contas públicas. A parte da Petrobrás, muito provavelmente, será usada para investimentos na empresa. Estados e municípios estão em situação financeira muito difícil, com raras exceções. Essa distribuição, a ser feita pelo governo federal, é importantíssima.

Neste leilão a estatal vai receber alguma indenização, já que em 2010, o barril de petróleo estava a US\$ 120?

Existem três variáveis relevantes no leilão. A primeira é o bônus de subscrição, que é fixo: qualquer empresa que pretenda entrar na licitação já tem esse custo como dado. A segunda é o percentual de óleo ofertado ao governo pelas concorrentes e a terceira é justamente o ressarcimento à Petrobrás que está na conta dos investimentos que as empresas precisarão fazer. Na gestão anterior da Petrobrás, havia a intenção de vender as refinarias do Nordeste (que formariam um bloco) e criar um outro bloco na região Sul, para fomentar a competitividade no setor.

O sr. resolveu criar competição em todas as regiões. Por quê?

Achamos mais viável colocar primeiro, à venda, oito refinarias distribuídas pelo Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. E, no próximo dia 8 de novembro vamos receber as propostas não vinculantes para quatro delas – Mataripe, na Bahia; Abreu e Lima, em Pernambuco; Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul; e a Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

O interesse tem sido grande?

Tem, sim. Estamos muito felizes, e posso dizer que nossa expectativa é muito boa.

Mesmo com o fantasma da intervenção estatal sobre o preço dos combustíveis?

A percepção de risco da intervenção do Estado na precificação de combustíveis está ainda razoavelmente presente. Embora os preços sejam livres por lei desde 2002 – é uma cláusula da Lei do Petróleo –, assistimos a intervenções no decorrer dos últimos governos. Só mais recentemente é que a lei voltou a se impor, ainda que, na época da crise dos caminhoneiros (maio de 2018), tenha havido novamente uma intervenção. Este ano, o governo não interveio. Nesse nosso modelo, metade da capacidade das refinarias do Brasil passará às mãos de empresas privadas. Ou seja, se o governo resolver intervir na determinação de preços de combustíveis, os refinadores poderão reagir, o mercado poderá reagir, produzir menos, cortar mais. Na nossa visão, para evitar a interferência do governo a melhor solução é aumentar, significativamente, a participação do setor privado.

O senhor disse, recentemente, que o consumo de petróleo está crescendo lentamente no mundo inteiro e pode até estagnar. Qual o papel do Brasil nesse cenário tão pouco animador?

O consumo de petróleo está crescendo lentamente no mundo – está abaixo de 2%. Aqui mesmo, no Brasil, nós vemos plantas industriais procurando opções, como o gás natural, para substituir o óleo combustível. Então, a perspectiva de crescimento da demanda pelo petróleo, a longo prazo, é pobre. E o que é que estamos fazendo? O Brasil tem um ativo de classe mundial, que é o pré-sal. Então, vamos investir maciçamente nele, criar condições para aproveitar essa oportunidade. Porque petróleo no fundo do mar não serve nada, e a transformação desse recurso em riqueza só se dá por meio de investimento em exploração e desenvolvimento de projetos e da produção. Isso transformará o pré-sal em riqueza, beneficiando a sociedade brasileira.

Como o sr. vê, hoje, a situação do preço do barril do petróleo?

Olha, se você pegar uma série histórica longa – desde 1900 até agora, por exemplo –, verá que o “normal” do preço do petróleo é exatamente a volatilidade. Portanto, é preciso distinguir duas coisas no comportamento do preço: tendências de longo prazo e ciclos de curto prazo. Se pegar de 1900 até 2014, os preços reais do petróleo sempre aumentaram. Desfazendo aquela tese do (economista argentino) Raúl Prebisch, de que o preço das commodities é sempre decrescente, o que justificaria a substituição de importações a todo custo na América Latina. Hoje, se você pedir a especialistas uma projeção da tendência de preços reais do petróleo, verá que eles não esperam que isso se repita. A era do petróleo a US\$ 100 o barril não vai voltar. Hoje temos de nos preparar para viver com o petróleo a preço baixo.

O que seria um “preço baixo” para o senhor?

Aqui na Petrobrás estamos nos preparando para viver com o barril a US\$ 50, namorando um patamar de US\$ 60. Então, o que é que temos de fazer? Reduzir custos e aumentar eficiência. E temos feito vários esforços nessa direção, porque sabemos que a maturação não acontece no curto prazo. O que determina os preços é, principalmente, o movimento da demanda global, como acontece com outras commodities. A mesma metodologia que se usa para analisar, por exemplo, os preços do cobre ou da soja é usada para o petróleo. Se a economia mundial está crescendo muito, todos eles vão na mesma direção, no sentido de alta; se a economia mundial está crescendo menos, como agora, todos experimentam movimento de baixa. Houve, recentemente, um bombardeio aos campos de petróleo da Arábia Saudita. Em uma noite, o preço do petróleo foi a US\$ 71. Depois de muita volatilidade, ele retornou aos US\$ 60. Por quê? Porque a demanda não está tão alta, não está forte.

Assim que assumiu a empresa, no começo do governo Bolsonaro, o que o sr. sentiu?

Fui conselheiro da Petrobrás entre 2015 e 2016 e, naquela época, foi preciso lidar muito com os efeitos da Lava Jato – aliás, lidamos com isso até hoje. Mas a companhia passava por uma séria crise financeira, com os limites de crédito cortados, tendo bonds emitidos pela companhia com taxas de 15% ao ano. Então, na época, eu pude perceber muitas coisas: a necessidade de vender ativos, de reduzir custos, aumentar a eficiência. De certa forma, quando assumi a presidência – na verdade, quando fui indicado, em novembro de 2018 –, já tinha um plano em mente.

A Petrobrás vai investir em energias renováveis, como a eólica ou a solar?

Não temos as competências necessárias para obter sucesso nessas áreas. Estamos fazendo pesquisas, é claro. Mas não quero investir nisso agora, quero reforçar nossos pontos fortes. Pensando no meio ambiente, antes de investir em energia renovável, estamos usando tecnologia para reduzir a emissão de gás de efeito estufa, por exemplo. Isso é muito importante. E estamos aumentando a produção de gás natural, que também é um combustível limpo. Outro exemplo: estamos produzindo, e já começamos até a exportar, diesel com baixo teor de enxofre, que é obrigatório para a navegação marítima de longo curso, de acordo com as novas regras da IMO (International Maritime Organization). Trata-se de um movimento organizado dentro da Petrobrás. É nesse tipo de movimento que eu acredito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/10/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Óleo sobre o fogo

Desastre ambiental em praias do Nordeste se soma a salto de cerca de 40% na área desmatada no país

O petróleo derramado em 233 praias de todo o Nordeste em parte obliterou o desastre anterior, com as queimadas e o desmatamento que lhes dá origem. Deixar as manchetes, porém, não significa que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) tenha controlado a devastação.

É verdade, o número de queimadas caiu. Após o pico de focos detectados por satélite em agosto (53,3 mil) e setembro (53,8 mil), o frenesi incendiário arrefeceu neste mês. Até quinta-feira (24), pouco mais de 16 mil pontos haviam sido registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Não há o que comemorar, contudo. Primeiro, porque ainda houve mais queimadas do que em julho (quase 15 mil). Depois, porque a estação seca se aproxima do fim e os incêndios tendem mesmo a diminuir em quantidade.

O governo Bolsonaro menosprezou as queimadas alegando que ocorrem todos os anos, são práticas de indígenas e não têm relação com desmatamento. Não é verdade: queimam-se pastagens que um dia foram floresta, e um aumento significativo de focos indica o uso do fogo para limpar resíduos em áreas recém-derrubadas.

Não por acaso os registros de avisos de desmatamento na Amazônia emitidos pelo sistema Deter do Inpe ocorreram em julho e agosto. Nesses dois meses logo anteriores aos picos de queimadas, as áreas devastadas totalizaram respectivamente 2.295 km² e 1.859 km².

O total de alertas do Deter nos últimos 12 meses soma quase 8.600 km². Não é ainda a taxa oficial completa de desmatamento do país, medida para cada ano no período de agosto a julho pelo sistema Prodes, também do Inpe.

O Prodes tem mais precisão e indica sempre uma taxa anual superior à somatória dos avisos do Deter. Dá-se por certo que o ano de 2019 deve ultrapassar os 10 mil km², o que já representaria um salto de 38% sobre os 7.230 km² de 2018 —e a primeira cifra de quatro dígitos desde 2008 (13,3 mil km²).

Com o habitual diversionismo, Bolsonaro chegou a culpar ONGs pelas queimadas (e depois alegou ao Supremo Tribunal Federal não ter feito acusação específica, mas “discurso político”). Reitera agora a denúncia vazia, desta vez insinuando complô da Venezuela.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/10/2019

Seção: Especial

Autor: Nicola Pamplona

Título: Desastre nas praias do NE é inédito no mundo, diz coordenadora do Ibama

Responsável por emergências ambientais diz que órgão trabalha desde os primeiros dias e afirma que não é possível prever o fim da crise

O desastre ambiental que atinge as praias do Nordeste brasileiro — com a chegada de manchas de óleo à região — é um caso inédito no mundo e ainda não é possível prever o seu fim.

A avaliação é da coordenadora de Emergências Ambientais do Ibama (Instituto Natural do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), Fernanda Pirillo, responsável pelas operações de limpeza dos locais atingidos.

Diante de críticas sobre a demora na resposta do governo ao aparecimento das manchas de óleo, ela defende que o Ibama vem trabalhando nas praias desde os primeiros registros e hoje conta com 130 agentes da área ambiental do instituto nas frentes de trabalho.

De acordo com a coordenadora de Emergências Ambientais do Ibama, a união de três fatores fazem deste desastre um episódio único: o desconhecimento do responsável pela poluição, a extensão do impacto e a recorrência na chegada do óleo, o que leva a crer que se trata de um vazamento intermitente.

Os primeiros registros de óleo foram confirmados pelo Ibama na Paraíba, no dia 30 de agosto. Dois dias depois, houve registros também em praias de Pernambuco e Sergipe. Desde então, seis outros estados do Nordeste foram afetados, do Maranhão à Bahia.

A extensão do impacto já supera 2.000 quilômetros.

De acordo com o último balanço divulgado pelo órgão, na quinta-feira (24) da semana passada, são 238 localidades afetadas em 88 municípios de nove estados.

“No início, não se imaginava o que aconteceria. Um acidente desses é inédito no mundo”, afirma a coordenadora do Ibama.

O governo vem sendo criticado por só ter acionado o Plano Nacional de Contingência, estabelecido em 2013 para fazer frente a casos de vazamento de petróleo, 41 dias após os primeiros registros do problema no litoral brasileiro.

Há críticas também com relação à falta de equipamentos adequados para contenção e coleta do óleo.

Pirillo afirma que o órgão está nas praias desde os primeiros registros e defendeu que a extinção de dois comitês do Plano Nacional de Contingência pelo governo Bolsonaro em abril não impacta nas operações de limpeza.

Por decreto, Bolsonaro extinguiu conselhos, comissões, comitês, juntas e outras entidades criadas por decretos ou por medidas administrativas inferiores no primeiro semestre. Foram mantidos apenas aqueles criados na gestão atual e os criados por lei.

O Comitê Executivo tem como função elaborar simulados, treinar pessoal e manter recursos para resposta a emergências. Já o Comitê de Suporte reúne ministérios e órgãos do governo para indicar os recursos para cada caso e atuar em frentes que não são da área ambiental, como a liberação da entrada de equipamentos no país, por exemplo.

“Aqueles comitês não foram pensados para funcionar durante a emergência”, afirma Pirillo.

O Grupo de Avaliação e Acompanhamento, outro órgão do Plano Nacional de Contingência, composto por Ibama, Marinha e Agência Nacional do Petróleo (ANP), começou a aparecer em comunicados do governo apenas no dia 14 de outubro.

As investigações sobre as causas do derramamento são concentradas na Marinha.

A extinção dos comitês levou, na quinta-feira (17), o Ministério Público Federal a entrar com ação contra o governo federal por omissão diante do maior desastre ambiental no litoral brasileiro e pediu que a Justiça Federal obrigasse a União a colocar o plano de contingência em ação em 24 horas.

Segundo a Procuradoria, a União não está adotando as medidas adequadas para responder à emergência.

Sem ter responsabilidade pelo vazamento, a Petrobras vem contribuindo com os trabalhos de limpeza e espera ser ressarcida pelo governo.

Ainda não há estimativa dos custos da operação e a contabilização passará a ser acompanhada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A coordenadora do Ibama diz que a recorrência da chegada do óleo impede projeções sobre quando a limpeza estará concluída. Ela lembra que, no início do ano, a limpeza de três praias do Rio de Janeiro atingidas por óleo vazado de plataforma da Petrobras levou três meses para ser concluída.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/10/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Exército faz limpeza em praias de Sergipe, após atuar em Alagoas e Pernambuco

O Exército começou neste domingo (27) a reforçar a limpeza de praias atingidas pelo óleo em Sergipe. Cerca de 50 militares atuaram em pontos de Aracaju, após avaliação e monitoramento da faixa de areia, segundo a prefeitura da cidade.

A participação do Exército nas ações na área afetada do Nordeste foi definida na última segunda (21) pelo presidente interino Hamilton Mourão. Ele anunciou a convocação de 5.000 homens, mas apenas 812 haviam sido empregados até sábado (26), segundo o Ministério da Defesa.

Eles já atuaram nos estados de Alagoas (na praia Barra de São Miguel) e Pernambuco, nas praias de Barra de Jangada, Itapuama, Janga, Pau Amarelo, Jaguaribe, Barra de Sirihaém, Forte Orange e nas margens do rio Mamucabinhas.

Quem comanda o trabalho de limpeza é a Marinha, que já vinha atuando nessa frente. O órgão está identificando possíveis recebedores dos resíduos coletados, para que sejam reaproveitados.

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assim como a agência ambiental de Pernambuco (CPRH), defenderam na última semana que não há problema em mergulhar em praias onde o óleo não é mais visível.

No entanto, a análise da água para saber se há ou não contaminação ainda não foi concluída. Por isso pesquisadores recomendam que banhistas evitem o contato com o mar nas áreas afetadas.

O almirante de esquadra Leonardo Puntel, comandante de Operações Navais da Marinha, afirmou neste sábado que a presença de petróleo está diminuindo. Segundo ele, não foram detectadas grandes manchas, mas apenas pingos.

Neste domingo, alguns desses pingos foram identificados na praia de Barra de Gramame, na Paraíba. O trabalho é feito por uma equipe de fiscalização e biólogos, que vêm utilizando drones. Segundo a secretaria municipal de Meio Ambiente, as amostras foram coletadas e serão analisadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Cacá Diegues

Título: As praias a perigo

O Brasil se encontra radicalmente dividido entre duas grandes formas antagônicas de pensar o país. De um lado, pseudo-conservadores que pretendem restaurar aqui um passado que nunca tivemos. De outro, pseudo-revolucionários projetam nosso futuro para amanhã de manhã. De preferência, bem cedinho. Nada disso foi possível em nenhuma nação do mundo, de qualquer hemisfério.

O caso do óleo nas praias do Nordeste nos coloca diante dessa polarização das duas alienações da realidade. Já se falou muito, de um lado, de inimigos externos que teriam provocado o desastre. Do outro, condena-se as autoridades incapazes de tomar providências. As duas reações são apenas culpabilizadoras e irresponsáveis quanto às consequências do acidente. Repetidas pelos alto-falantes da mídia e das redes sociais, elas eludem o mais importante.

No dia 4 de setembro, chegaram as primeiras manchas de óleo, trazidas pelas ondas ao litoral de Pernambuco. Elas não causaram estrago paulatino, e sim uma destruição imediata de todo o litoral nordestino e do que ele representa para aquela população. Não só o envenenamento do que se tira do mar e das areias, o alimento regular e diário, além do turismo que despenca. Mas também o significado natural e simbólico daquelas praias para a população local. As praias do Nordeste não são apenas um orgulho do Nordeste; elas são uma reserva de energia para os sonhos dos nordestinos. A população local as usa com proveito físico, e ainda como símbolo poderoso de seu valor.

Poucos dias depois de chegar a Pernambuco, o óleo já se espalhava do Maranhão à Bahia. Mas o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, não estava nem aí. Literalmente. Ele tinha ido para os Estados Unidos e Europa, parece que para explicar o fogo na floresta. Quando o ministro voltou, fez duas rápidas “vistorias” nas praias, de poucos minutos cada uma. E foi para a televisão contar ao país o que estava acontecendo, como se estivesse de fato a par de tudo. Na televisão, o ministro tentou, como faz sempre esse governo, ideologizar a questão, apesar de o desastre ser ambiental, no campo dele.

Primeiro, botou a culpa num navio de ONG internacional, como se ela estivesse praticando terrorismo contra o Brasil. Remontou um vídeo para fazer prova, e foi prontamente desmoralizado pelos acusados que mostraram, em sua rede social, o vídeo original. O ministro insinuou também que, como o óleo era comprovadamente de origem venezuelana, era à Venezuela que devíamos, no mínimo, protestar. Só faltou declarar guerra ao país lá do norte, tão distante de nós e de nossas praias. Fiquei imaginando que, se em vez de óleo, as praias do nordeste se enchessem, por um absurdo qualquer, de bananas, deveríamos imediatamente declarar guerra aos macacos de todo o mundo.

Eu também não gosto do Maduro, mas nem por isso ia sair por aí acusando o país dele. Sobretudo depois de nossa própria Marinha de Guerra ter descoberto cientificamente que haviam passado 30 navios, de dez diferentes nações, pela região do mar em que deve ter começado o vazamento. O ministro ainda parece ter esquecido que o Plano de Contingência para essas situações tinha sido abandonado pelo presidente, quando este decidiu eliminar o comitê que o montou. Vários Conselhos Federais, como aquele, foram desmontados para “evitar o aparelhamento do serviço público”.

Há 58 dias, o óleo torna as praias do Nordeste inviáveis e infectas, capazes de aborrecer a população e provocar doenças. O ministro do Meio Ambiente e grande parte do governo federal nada fizeram em benefício das praias e das vítimas, a não ser insinuar lorotas, fofocas de conspirações inventadas para distrair nossa atenção do que é de fato importante. A direita mais significativa do século passado, o nazismo, usava essa “descoberta” de inimigos externos, como pretexto para unir a população ingênua em torno de sua autocracia.

Segundo o vice-presidente Hamilton Mourão, a 10a. Brigada de Infantaria, sediada em Pernambuco, participará dessa dramática tentativa de limpar as praias sujas de óleo. Em 12 de setembro, logo no começo do desastre, a Petrobras já interferira, por sua própria conta, recolhendo, segundo a empresa, 280 toneladas de óleo. O Exército e a Marinha, que são sempre convocados nesses momentos críticos, já recolheram, junto com o Ibama, mais de mil toneladas da sujeira. Pescadores, jangadeiros e outros colaboradores anônimos de cada local são voluntários emocionantes e emocionados, nessa luta para

recuperar a beleza, a grandeza, o sossego e os sonhos daquelas magníficas praias.

MME / ASCOM .